

03 AGO 1998

COISAS DA POLÍTICA

■ ROSÂNGELA BITTAR

Primeiro, a obrigação

Uma das razões pelas quais o presidente Fernando Henrique não vai abraçar a causa do parlamentarismo, nos primeiros anos de um eventual segundo mandato, é que pretende fazer, se for reeleito, um governo de ação, e isso exigirá dedicação integral em pelo menos três dos quatro anos, tanto em metas como na aplicação de novos métodos. Esse é o compromisso, o que é considerado como uma obrigação se quiser perseguir o sonho de fazer um governo para a história, e o que está colocado a assessores como exigência para a elaboração dos planos.

Isso significa, portanto, que Fernando Henrique não quer se deixar consumir, politicamente, por uma proposta como a mudança do sistema de governo, que representa o sufocamento de todo o resto. A idéia do parlamentarismo, que é a devoção do PSDB, poderia até voltar à discussão, se houvesse o apoio de todos os partidos, lá pelo fim do mandato, mas tão cedo não será uma preocupação para o presidente.

O bom negócio agora seria governar por ações concretas. Embora o desenho institucional do próximo mandato não tenha sido feito, e o programa de governo – mesmo aquele, dos anúncios de campanha, que costuma ser considerado peça destinada apenas à audiência de ingleses – sido sequer esboçado, já existem algumas orientações básicas sobre as quais o próprio presidente tem falado com os assessores mais próximos em diferentes ocasiões.

Neste esboço estão citadas metas como as de crescimento de 6%, redução de juros, reforma fiscal, força total às exportações. Mas tudo ainda muito genérico. Ao lado destas primeiras idéias, o que já existe mesmo, até com mais definição, é a disputa entre os que querem executá-las. Está em pleno vigor o jogo de ocupação de espaço pelos grupos que pretendem disputar a hegemonia do futuro governo. E isso se dá por intermédio da publicidade de suas teses.

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem administrado o problema com a frieza de sempre, mas o fato é que têm registro em vários gabinetes os movimentos dos que pretendem estabelecer desde logo um contraponto à condução atual da economia. Esta encontra-se, por síntese, nas mãos do ministro Pedro Malan, e uma parceria evidente do presidente do Banco Central, Gustavo Franco.

Para este grupo do, digamos, *statu quo*, a estabilidade da moeda seguiria, em um segundo mandato, como a meta principal, e em seu nome tudo seria feito. A busca da correção do déficit fiscal, por exemplo, é uma idéia fixa, mas sempre no contexto da preservação da moeda.

Como força representativa do grupo oposto sempre foi nomeado o senador José Serra, agora ministro da Saúde e aparentemente afastado das disputas diárias na arena econômica. A liderança da publicidade das teses contrárias, porém, foi assumida, já há alguns meses, por Luiz Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações. E, segundo informações de quem transita mais próximo ao presidente, este é um grupo que tem conseguido ultimamente mais adesões, especialmente entre os tucanos paulistas, economistas ou empresários.

As teses por eles defendidas podem ser resumidas, numa referência ligeira, às do desenvolvimento, alimentado por uma nova política que utilize todas as forças oficiais, entre elas os bancos de fomento do governo e uma política industrial bastante agressiva.

A estrutura do futuro governo teria que, evidentemente, acompanhar o novo rumo, com a troca de comandantes. Seriam esvaziadas pastas como, por exemplo, a da Fazenda, e enriquecidas outras, como a da Indústria e Comércio. Um dos auxiliares diretos do presidente não autoriza a conclusão de que Fernando Henrique tenha já optado por um dos lados, ao mesmo tempo em que considera muito difícil que, se vencer as eleições, FH vá trocar o time que comanda a economia. A não ser que, individual ou coletivamente, apareçam pedidos de demissão.

Fernando Henrique, que faz questão de manter o controle e a palavra final sobre todas as questões, tem, ao seu estilo, ora dado alento a uns, ora esperança a outros. Uma das suas máximas, por exemplo, é que em um segundo mandato tem que ficar mais clara a vantagem social da estabilidade econômica.

“Como se pode resolver a questão social do Brasil?” É a esta pergunta, segundo informações de um dos que ouviram o presidente, que a economia terá que dar respostas. “A economia tem que se voltar para o lado social, sem riscos para a estabilidade da moeda.” Ou seja, por aí fica claro que o presidente continua contemplando todos os grupos, sem atender cem por cento a nenhum.